



*ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS
DE DESEMPENHO*

ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2009



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

TATIANA BORGES
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

VERA LUCIA HAWERROTH SANTANA
GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

ELABORAÇÃO:

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

MÁRCIA BRADACZ LOPES
ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL

WILSON HENRIQUE FETZNER FILHO
CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

REINALDO NERI PEREIRA
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO - CODESC

ROGÉRIO FELIPE PEREIRA
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO - CODESC



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

SUMÁRIO

Resultado da Execução Orçamentária.....	4
Análise das Receitas.....	5
Receitas Tributárias	5
Receitas do FUNDOSOCIAL	6
Receitas do SEITEC	7
Transferências da União – Constitucionais e legais.....	7
Transferências Voluntárias da União	8
FUNDEB	9
Metas de Arrecadação	10
Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais	11
Aplicação em Saúde	12
Aplicação em Educação.....	13
Receita Corrente Líquida – (12 meses).....	13
Gastos com Pessoal	14
Receita Líquida Real – (12 meses).....	15
Serviço da Dívida Consolidada	16
Receita Líquida Disponível - RLD	16
Repasse aos Poderes.....	17
Investimentos.....	18
Restos a Pagar	20
Despesas de Custeio	21
Transferências Voluntárias realizadas pelo Estado	22
Estoque da Dívida Ativa.....	23
Resultado Financeiro	25
Saldo de Precatórios a Pagar	26
Indicadores de Desempenho	27



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO
INFORMAÇÕES ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2009

Resultado da Execução Orçamentária

No exercício de 2009 a receita totalizou R\$ 11,5 bilhões e a despesa R\$ 11,8 bilhões. Do total de despesa realizado em 2009, R\$ 10,6 bilhões foram financiados com recursos arrecadados em 2009 e R\$ 1,19 bilhão foram financiados com recursos arrecadados em exercícios anteriores. O resultado da execução orçamentária do ano de 2009, confronto entre receitas arrecadadas no ano e despesas realizadas financiadas com recursos do ano, demonstrou um superávit orçamentário de R\$ 867 milhões.



Fontes: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada – Consolidado Geral



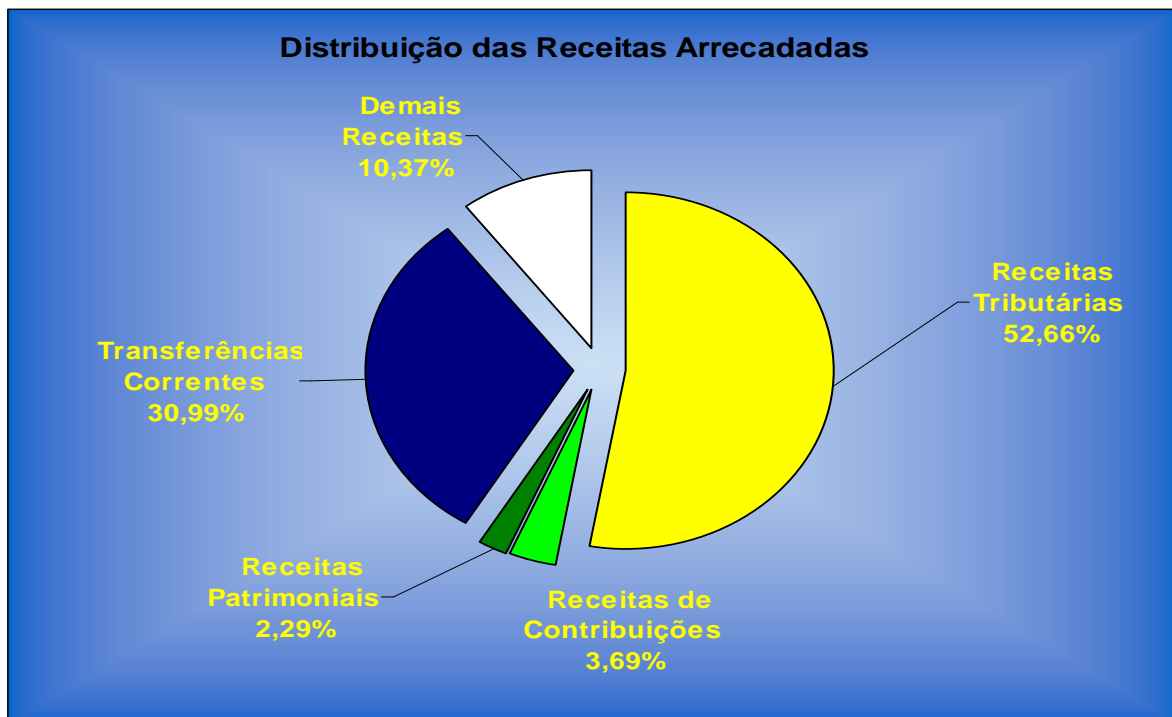
Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Análise das Receitas

A receita bruta arrecadada pelo Estado totalizou R\$ 15,758 bilhões. Deste montante R\$ 4,252 bilhões foram deduzidos a título de Transferências Constitucionais aos Municípios, Restituições e FUNDEB, restando R\$ 11,506 bilhões para o Estado, com redução de 0,28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Deste montante as principais receitas são:

- Receitas Tributárias;
- Receitas de Contribuições;
- Receitas Patrimoniais;
- Transferências Correntes e
- Demais Receitas.



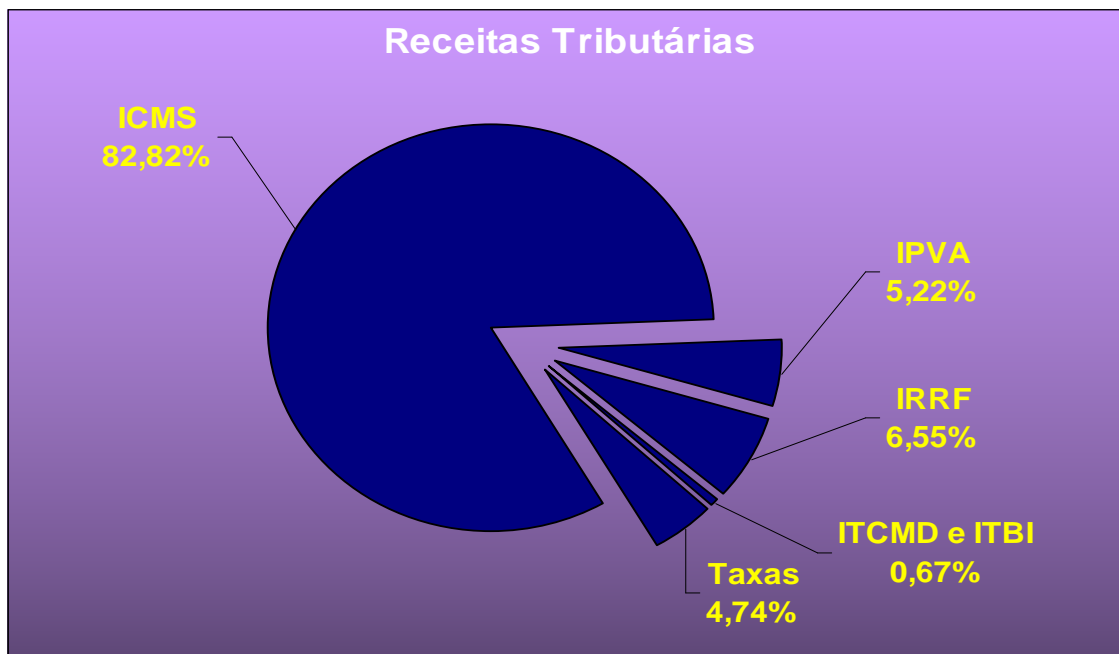
Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

Receitas Tributárias

As receitas tributárias (ICMS, IPVA, IRRF, ITCMD, ITBI e TAXAS), correspondem a 52,66% da receita total (já com as deduções) e o ICMS, que é a maior fonte de recurso do Estado, corresponde a 43,61% da receita total e a 82,82% das receitas tributárias.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

Receitas do FUNDOSOCIAL

Criado em fevereiro de 2005, através da Lei nº 13.334, o FUNDOSOCIAL tem a finalidade de gerar emprego e renda, combater o êxodo rural, capacitar trabalhadores, reduzir déficit habitacional, prevenir doenças e a mortalidade infantil. É um fundo de natureza financeira, constituído com reserva de recursos públicos. Este fundo é gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Sua arrecadação até o presente mês de 2009 foi de R\$ 289,62 milhões, um acréscimo de 25,76% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

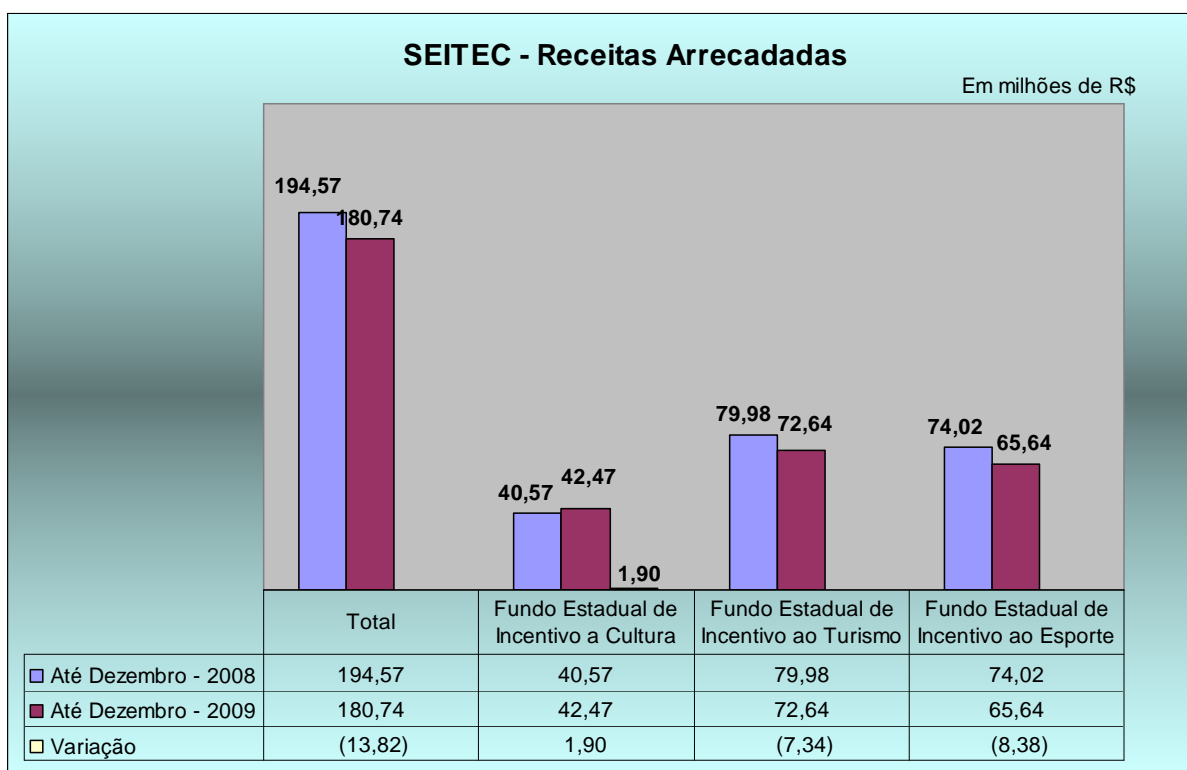


Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Receitas do SEITEC

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESPORTE, e tem por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos. Estes fundos são geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Sua arrecadação no período analisado de 2009 foi de R\$ 180,74 milhões, queda de 7,10% em relação ao mesmo período de 2008.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

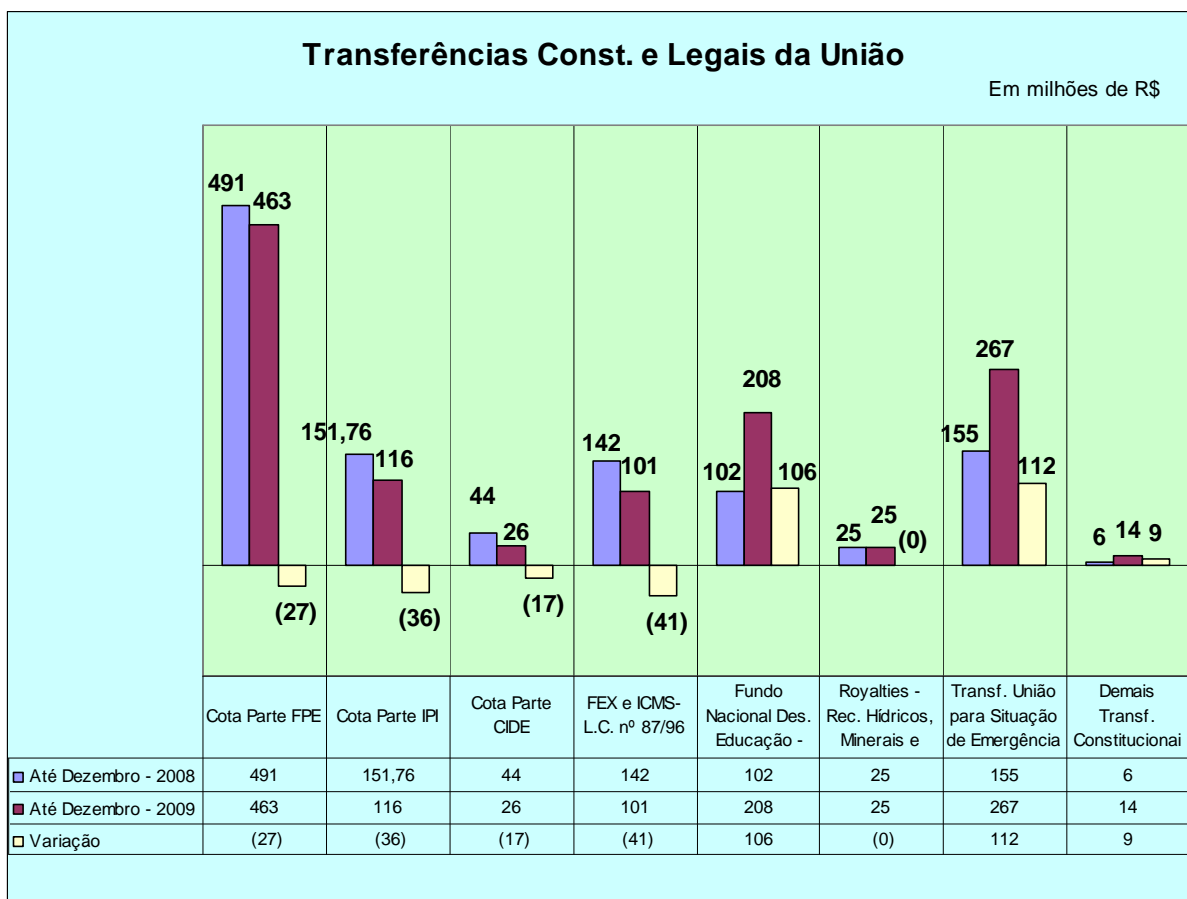
Transferências da União – Constitucionais e legais.

Existem dois tipos de transferências da União: as Constitucionais e Legais e as Transferências Voluntárias da União. Dentre as Constitucionais e Legais destacam-se o FPE, IPI-Exportação, CIDE, FEX e ICMS Desoneração – L.C. nº 87/96.

No período analisado o Estado recebeu o montante de R\$ 1,437 bilhão. No entanto, deste valor foram deduzidos R\$ 215 milhões a título de repasses Constitucionais aos Municípios, Restituições e FUNDEB, restando R\$ 1,222 bilhão para o Estado, o que resultou em um acréscimo de 9,47% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

Transferências Voluntárias da União

As Transferências Voluntárias desdobram-se em correntes e de capital.

São correntes as destinadas a cobrir gastos de custeio do Estado, através de repasses para programas de educação, saúde entre outras.

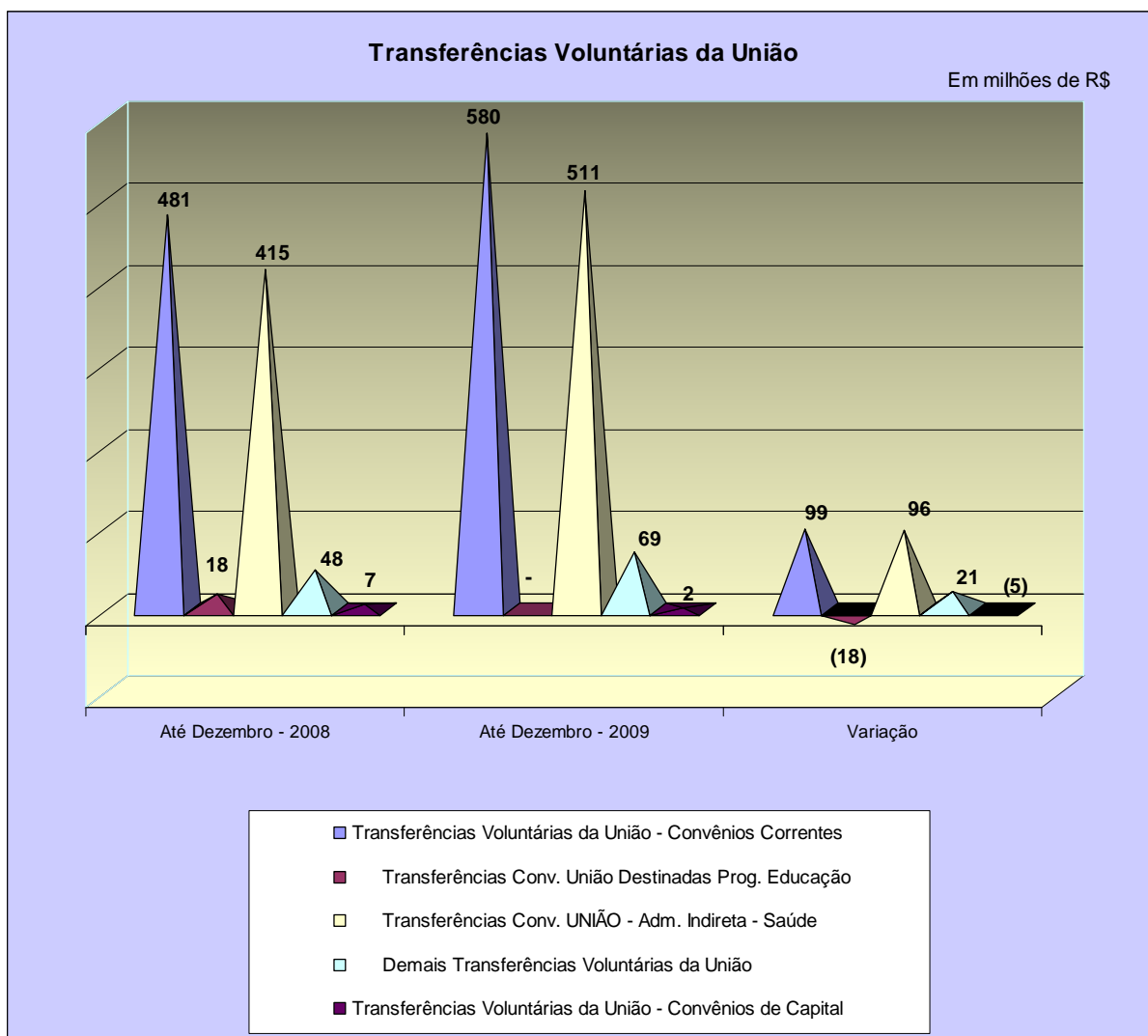
São classificadas como transferências de capital quando a aplicação estiver condicionada a investimentos ou inversões financeiras (gastos de capital).

Analisando estas receitas até o presente mês temos:

- Transferências voluntárias correntes de R\$ 580 milhões, com incremento de 20,49% em relação ao mesmo período do exercício de 2008; e
- Transferências voluntárias de capital de R\$ 2,39 milhões até o presente mês em 2009, representando uma queda de 65,64% em relação ao mesmo período de 2008.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

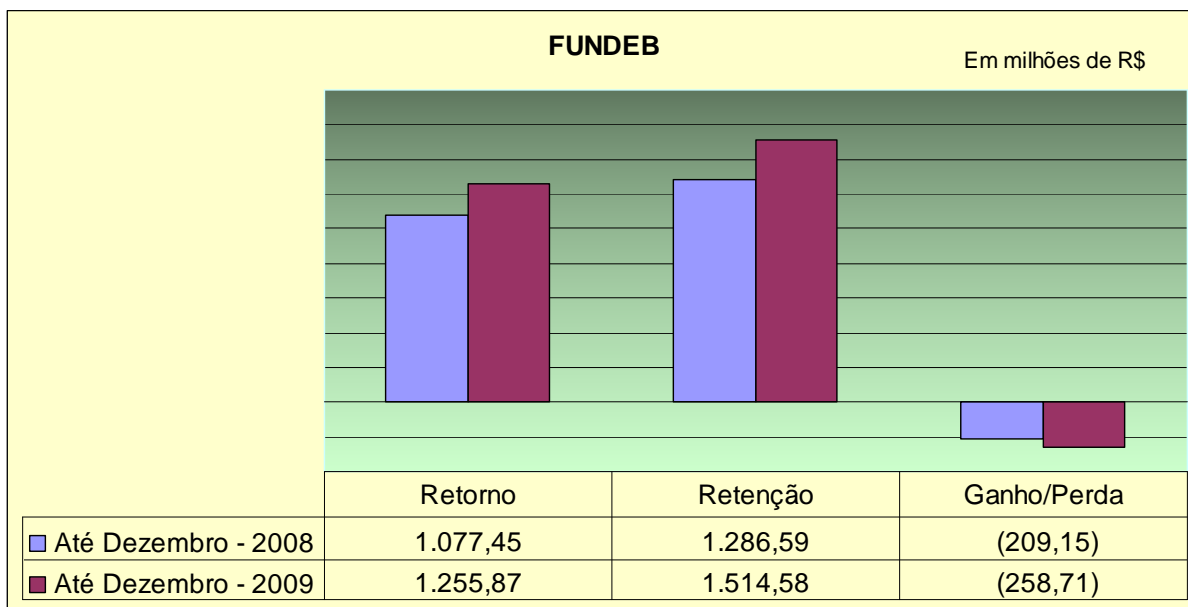
FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado em substituição ao FUNDEF, é constituído no âmbito de cada Estado membro pelo aporte de recursos do Estado e dos seus Municípios, com o objetivo de dispor recursos para manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

O Estado de Santa Catarina no período janeiro a dezembro de 2009 contribuiu com o montante de R\$ 1,515 bilhão, retornando para o Estado R\$ 1,256 bilhão, ocasionando uma perda para o Tesouro do Estado de R\$ 259 milhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior houve um aumento na perda do FUNDEB na ordem de 23,70%.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

Metas de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos.

- **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual.

Principais receitas:

- Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD);
- Taxas (Segurança Pública e outras);
- Salário Educação;
- FUNDEB;
- Operações de Crédito.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

- **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades: pelo fornecimento de bens; prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

Analisando a arrecadação até o presente mês do ano 2009, os recursos do tesouro não atingiram as metas de arrecadação estabelecidas, enquanto que os recursos de outras fontes ultrapassaram essas metas.

O desempenho da arrecadação até o mês de dezembro do ano de 2008 e 2009 foi o seguinte:

RESULTADOS ATÉ O MÊS		2008		2009	
RECURSOS DO TESOURO	META:	8.328	100,00%	9.473	100,00%
	ARRECADADO	8.675	104,16%	8.633	91,13%
	RESULTADO	347	4,16%	(840)	-8,87%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	META:	2.360	100,00%	2.722	100,00%
	ARRECADADO	2.864	121,34%	2.873	105,57%
	RESULTADO	504	21,34%	152	5,57%

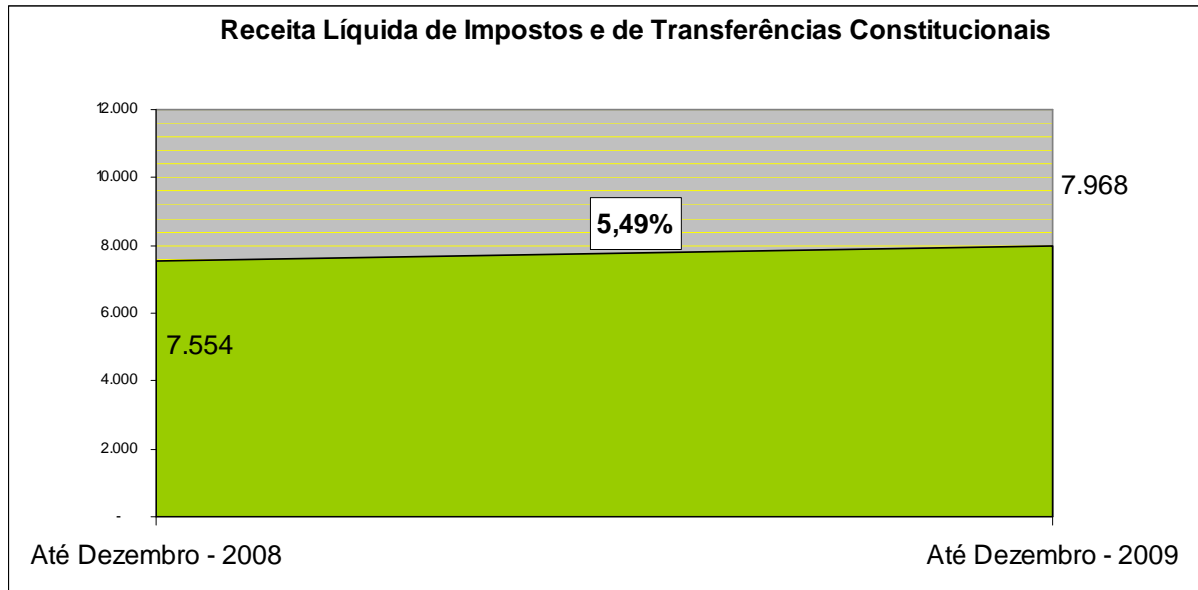
Fonte: Demonstrativo das Metas bimestrais de Arrecadação – Consolidado Geral

Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais

Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. O Valor acumulado no período de janeiro a dezembro de 2009 foi R\$ 7,968 bilhões, com um acréscimo de 414 milhões (5,49%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

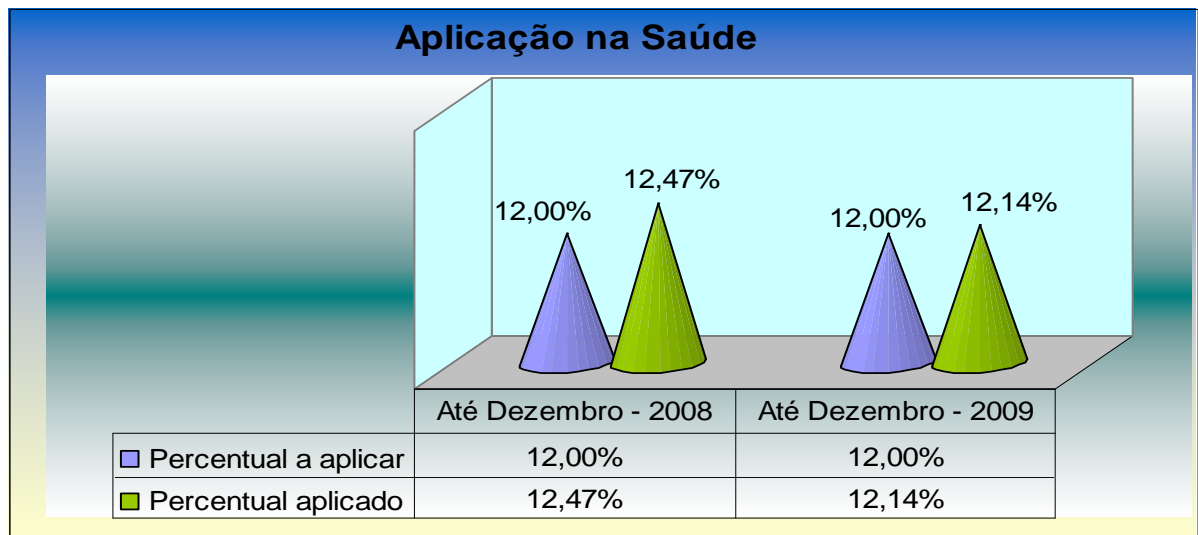


Fontes: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação
Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Aplicação em Saúde

Devem ser aplicados anualmente em saúde 12% da Receita Líquida de Impostos.

A aplicação em saúde foi de R\$ 967,24 milhões até o mês de dezembro de 2009, valor superior em 2,65% ao mesmo período de 2008, e superior aos 12% da Receita Líquida de Impostos (R\$ 956,17 milhões) que deveriam ser aplicados conforme a Constituição Federal. Cabe ressaltar que o cumprimento da aplicação do mínimo de 12% em gastos com saúde deverá ser comprovado anualmente por ocasião do encerramento do exercício, conforme determina o mandamento Constitucional.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

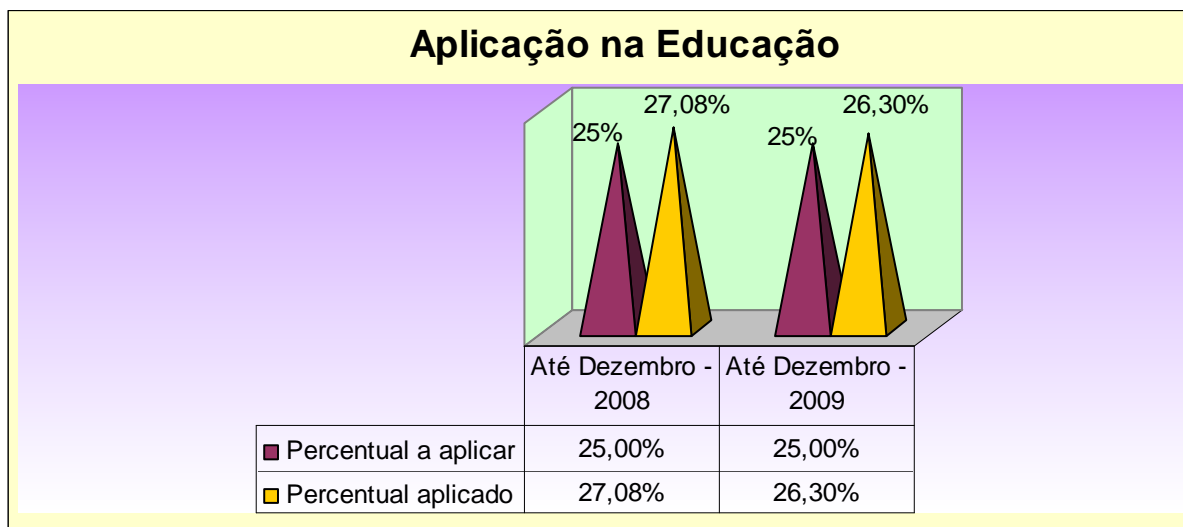


Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Aplicação em Educação

Devem ser aplicados anualmente 25% da Receita Líquida de Impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em relação à aplicação em educação até o presente mês de 2009 o percentual aplicado foi inferior ao aplicado no mesmo período do exercício anterior e superior ao mínimo a ser aplicado, conforme apresentado no gráfico abaixo.

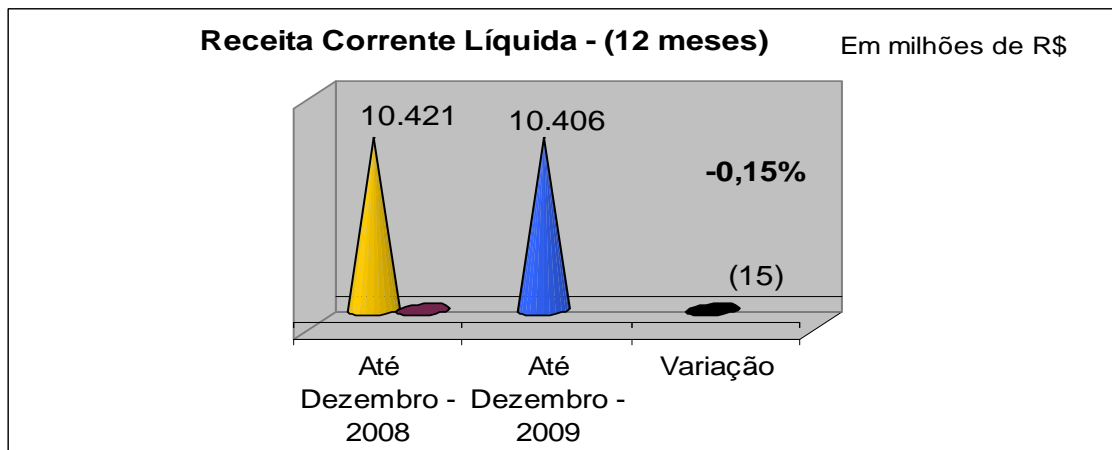


Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação

Receita Corrente Líquida – (12 meses).

Esse conceito foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal para servir de base para o cálculo da reserva de contingência e para a apuração dos limites da despesa total com pessoal, do estoque da dívida pública, das contratações de operações de crédito e das garantias e contra-garantias.

Nos últimos 12 meses a Receita Corrente Líquida alcançou o montante de R\$ 10,406 bilhões, com um decréscimo de 0,15% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Gastos com Pessoal

O limite total dos gastos com pessoal do Estado é de 60% da Receita Corrente Líquida, conforme tabela abaixo. A repartição desse limite total é ditada pelo art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal para cada esfera de governo, conforme segue:

PODERES E ÓRGÃOS	ESFERAS		
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Legislativo, incluído o Tribunal de Contas	2,50%	3,00%	6,00%
Judiciário	6,00%	6,00%	
Executivo	40,90%	49,00%	54,00%
Ministério Público	0,60%	2,00%	
CONSOLIDADO GERAL	50,00%	60,00%	60,00%

No âmbito estadual três tipos de controle dos gastos com pessoal devem ser observados: Limite Legal, Limite Prudencial e Limite de Alerta.

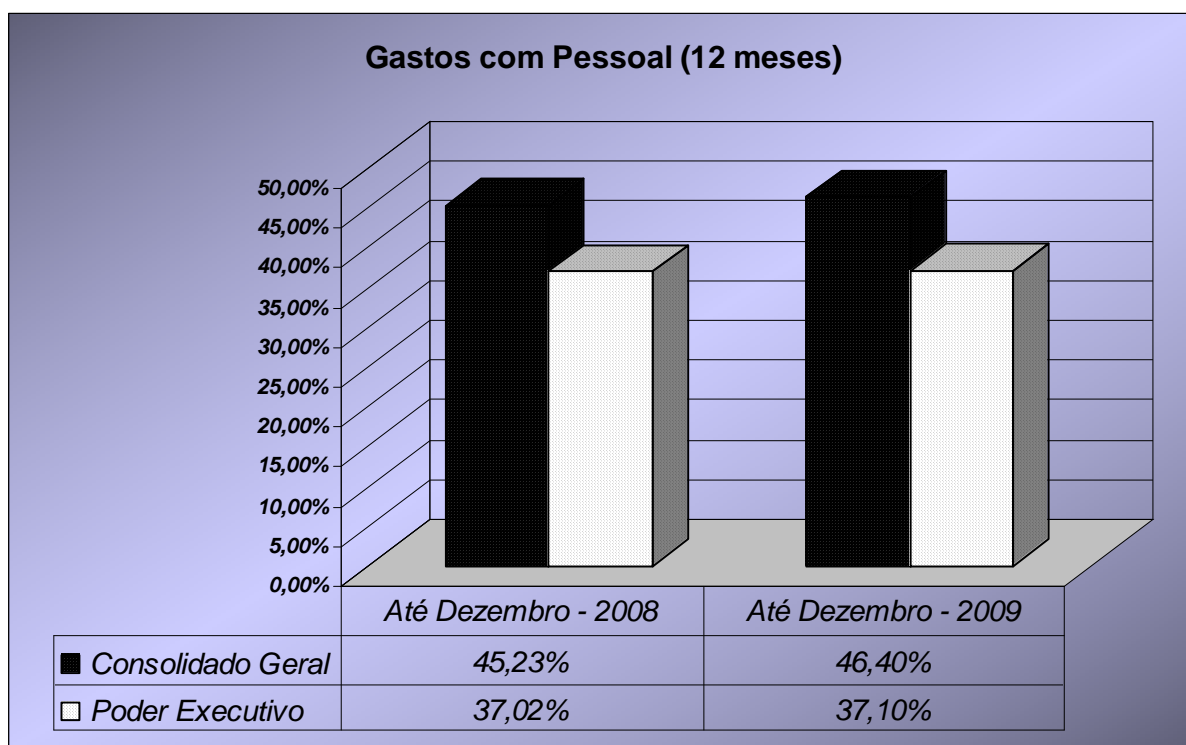
A repartição desses limites na Esfera Estadual, por poder e órgão, é a seguinte:

Especificação	1 - Limite Legal	2 - Limite Prudencial	3 - Limite de alerta
Consolidado Geral (Ente)	60,00%		
Poder Executivo	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	3,00%	2,85%	2,70%
Tribunal de Contas	2,20%	2,09%	0,72%
Ass. Legislativa	0,80%	0,76%	1,98%
Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%

Tanto na análise dos dados do consolidado geral quanto nos dados do Poder Executivo os gastos com pessoal encontram-se abaixo do limite legal, sendo que em relação ao exercício anterior houve um aumento do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os Gastos com Pessoal no Poder Executivo de 0,08% e no consolidado geral de 1,17%.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



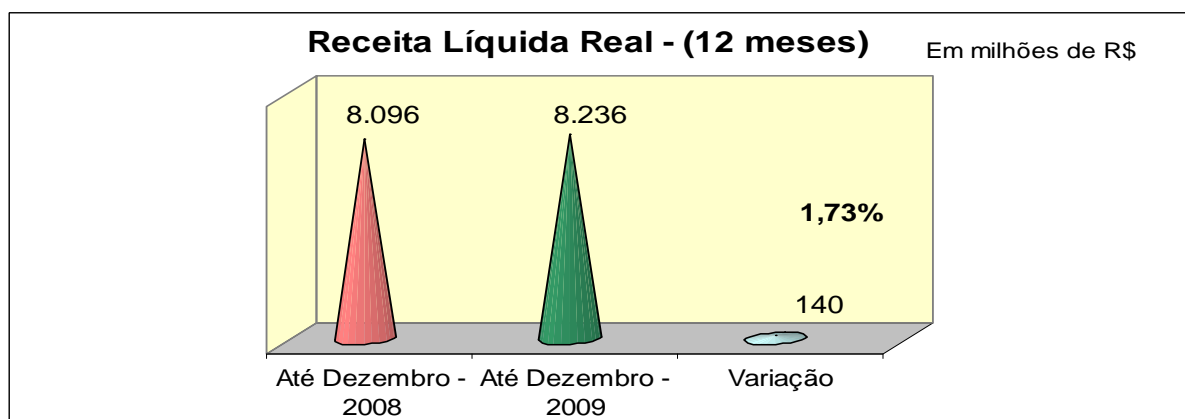
Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Receita Líquida Real – (12 meses).

Esta receita foi conceituada na Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que correspondem aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

Nos últimos 12 meses houve um incremento da Receita Líquida Real de 1,73% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Real



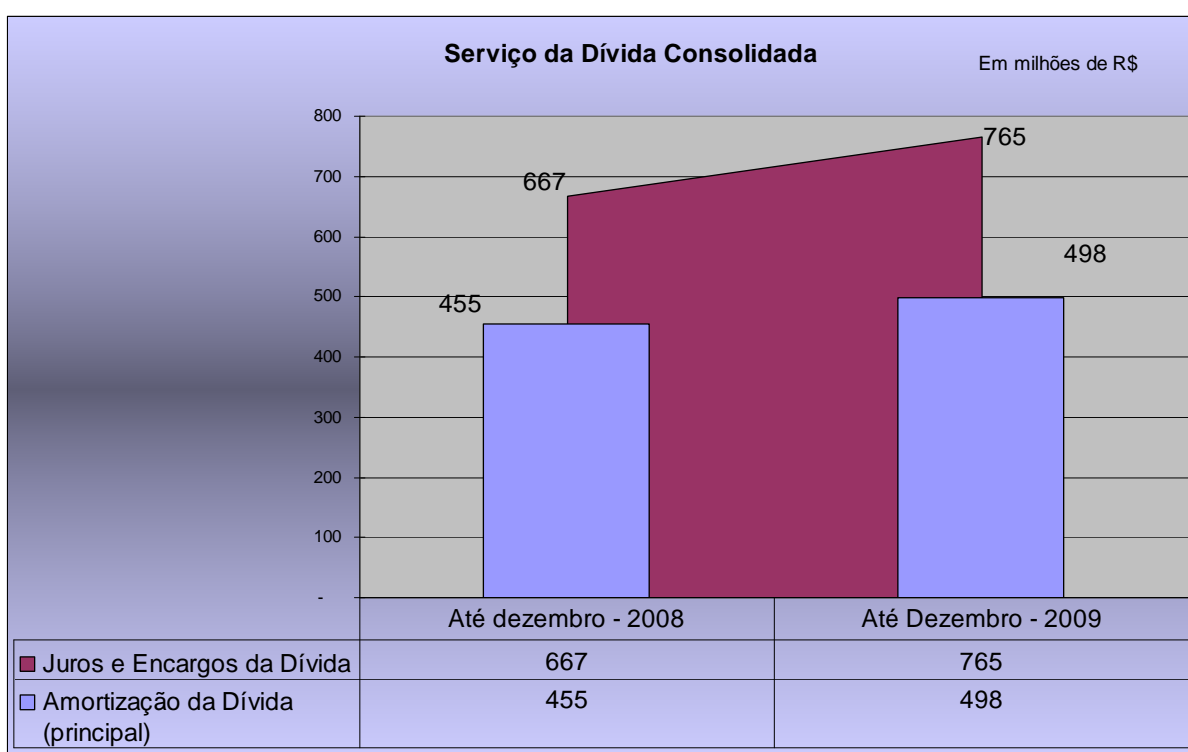
Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Serviço da Dívida Consolidada

O Serviço a Dívida Pública Consolidada engloba os Juros, os Encargos e as Amortizações da Dívida Pública Consolidada.

Até o presente mês de 2009 a despesa com o Serviço da Dívida Pública totalizou R\$ 1,263 bilhão, enquanto no mesmo período de 2008 atingiu R\$ 1,121 bilhão.

Houve um acréscimo de 12,64% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada – Consolidado Geral

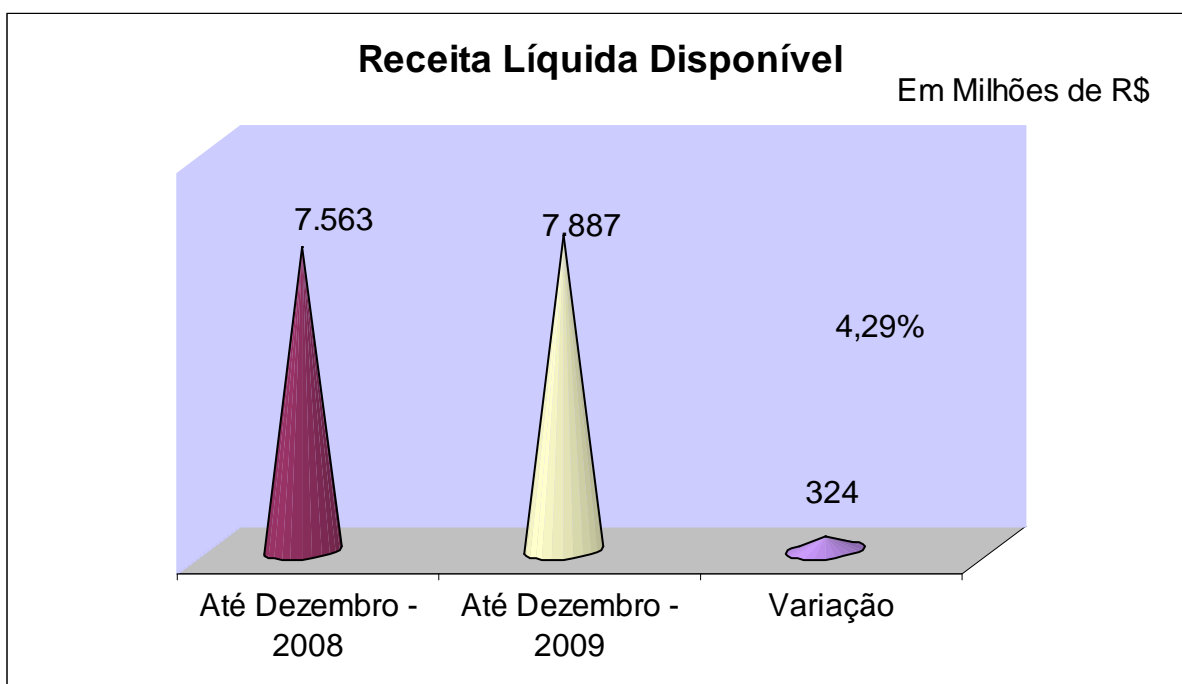
Receita Líquida Disponível - RLD

O conceito da Receita Líquida Disponível é definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A RLD serve de base para o cálculo para os repasses dos duodécimos do orçamento pertencentes aos Poderes e órgãos e a UDESC.

De janeiro a dezembro de 2009 totalizou R\$ 7,887 bilhões com um crescimento de R\$ 324 milhões (4,29%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Disponível – Administração Direta

Repasse aos Poderes

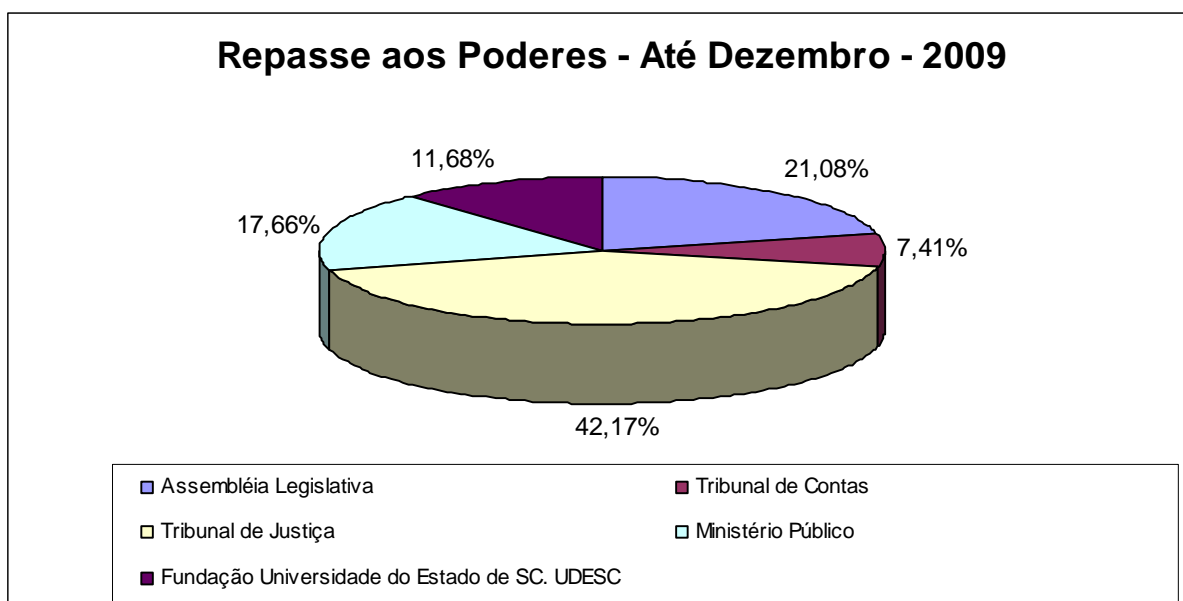
Assim como o conceito da Receita Líquida Disponível - RLD, os percentuais de repasses aos Poderes e órgãos são definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Até dezembro de 2009 foram repassados R\$ 1,372 bilhão (17,40% da Receita Líquida Disponível do período) com um acréscimo de 3,33% em relação ao ano anterior. Os repasses foram assim distribuídos em decorrência dos percentuais serem diferenciados:

Poder ou Órgão	% de Participação na RLD fixado na LDO	Valor Repassado até o mês em 2009 (em milhões de R\$)
Assembléia Legislativa	3,70	289
Tribunal de Contas	1,30	102
Tribunal de Justiça	7,40	579
Ministério Público	3,10	242
UDESC	2,05	160



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

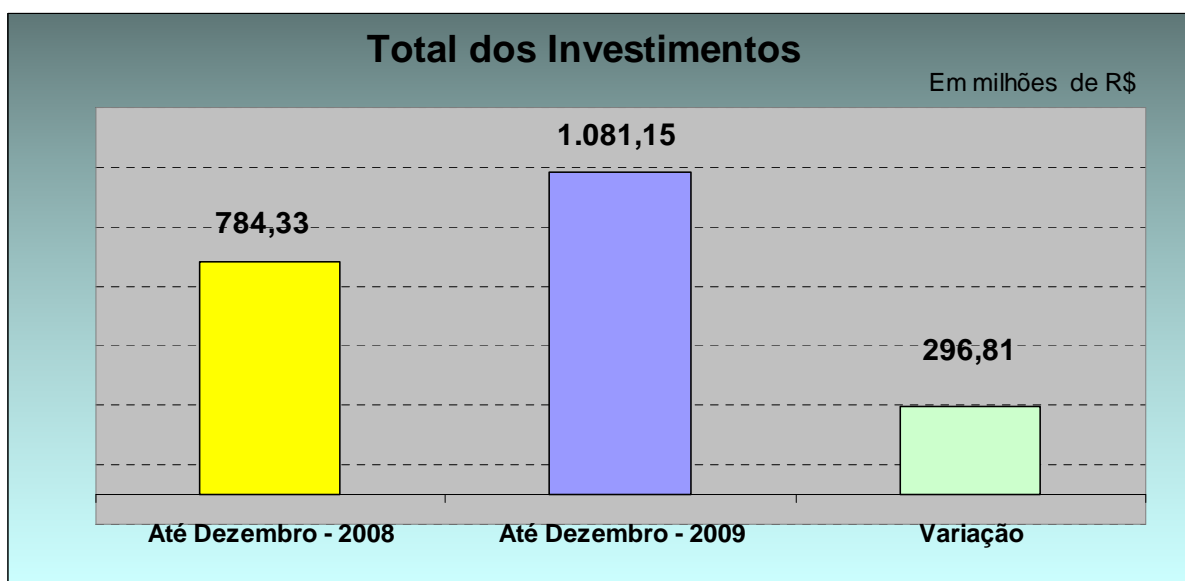


Fonte: Demonstrativo da Participação na Receita Líquida Disponível

Investimentos

Investimentos são as despesas de capital destinadas ao planejamento e a execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes.

Os investimentos realizados pelo Estado de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2009 perfazem o valor de R\$ 1,081 bilhão, 37,84% superior ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada – Consolidado Geral

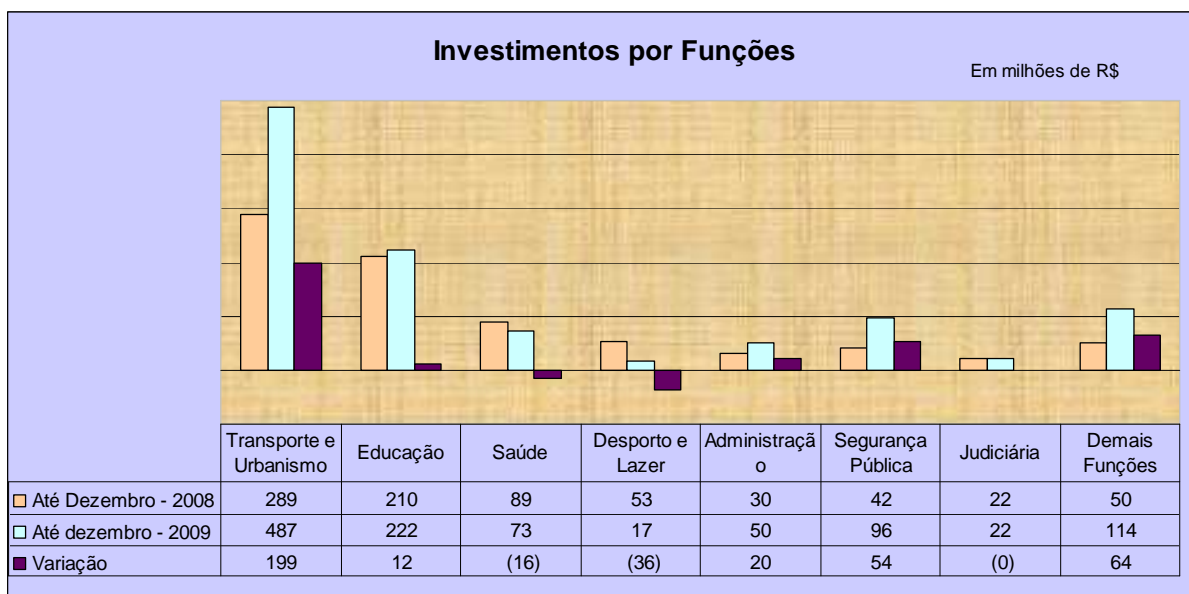


Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão define a classificação da despesa pública por Função de Governo.

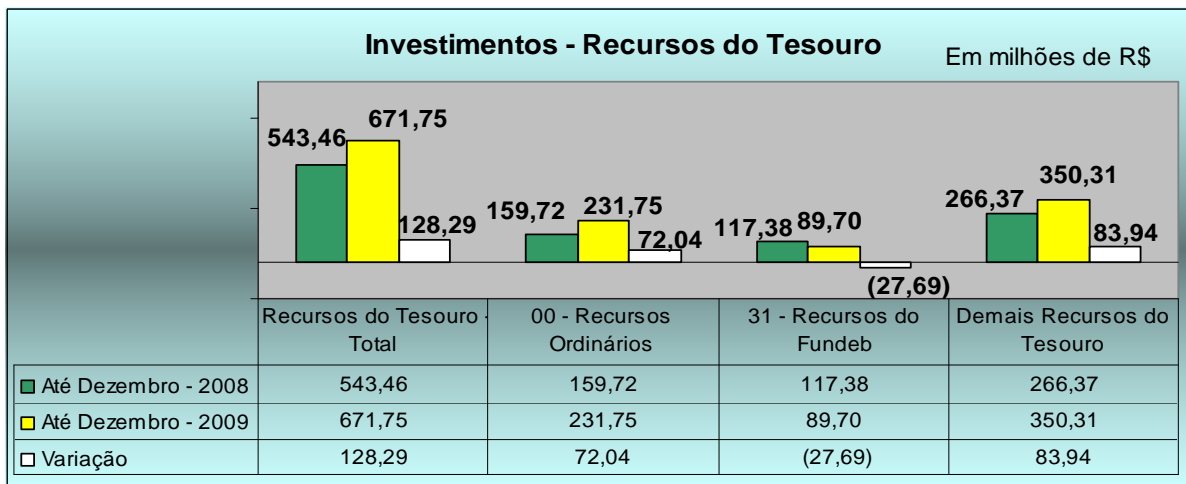
A Função, na classificação da despesa pública, é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Distribuídos por funções de governo os investimentos foram alocados nas seguintes áreas:



Fonte: Consulta Discoverer – Demonstrativo dos Investimentos por Funções – valores empenhados – Consolidado Geral.

Do total dos Investimentos até o presente mês em 2009 (R\$ 1,081 bilhão), 62,13% foram financiados com recursos do Tesouro e 37,87% com Recursos de Outras Fontes. Segue detalhamento dos Investimentos realizados com Recursos do Tesouro:



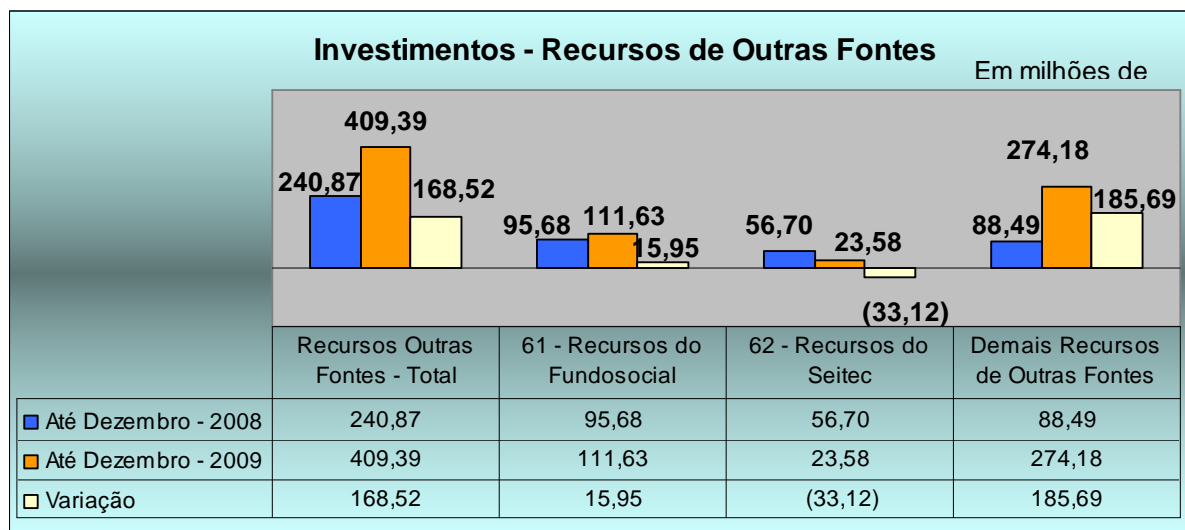
Fonte: Consulta Discoverer – Investimentos por Fontes de Recursos – valores empenhados – Consolidado Geral.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Verifica-se que houve um acréscimo de 23,62% no período em análise de 2008 para 2009 nos Investimentos com Recursos do Tesouro.

O gráfico a seguir demonstra os Investimentos realizados com Recursos de Outras Fontes:



Fonte: Consulta Discoverer – Investimentos por Fontes de Recursos – valores empenhados – Consolidado Geral.

Verifica-se que houve um acréscimo de 69,96% no período analisado de 2008 para 2009 nos Investimentos com Recursos de Outras fontes.

Restos a Pagar

Os restos a pagar são as despesas orçamentárias de competência do exercício empenhadas e não pagas até o seu término. Dividem-se em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não-processados.

Empenhar significa fazer uma reserva de orçamento para a contratação de um serviço ou para assegurar a aquisição de um bem.

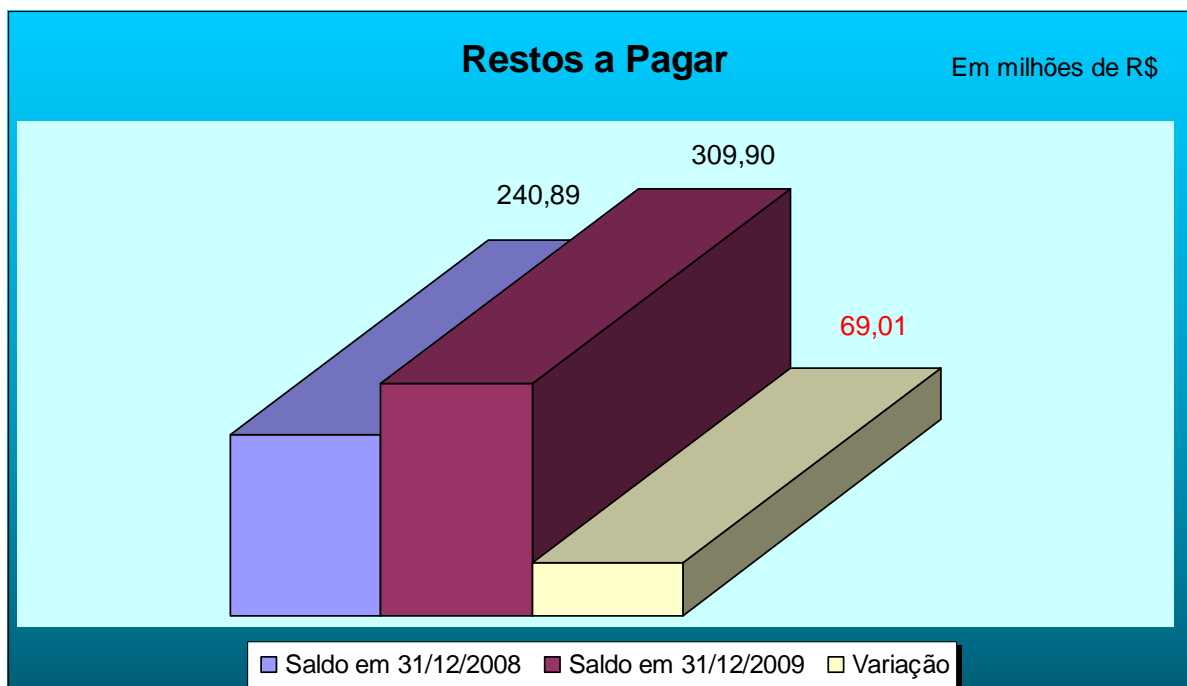
Liquidar significa confirmar o recebimento do bem ou a conclusão do serviço na quantidade, qualidade e condições contratadas, para posterior pagamento.

Assim, entende-se por Restos a Pagar Processados as despesas que, em 31 de dezembro, ultrapassaram o estágio da liquidação da despesa (foi atestado o reconhecimento do débito) e por Restos a Pagar Não Processados, aquelas despesas que foram executadas (compras ou serviços), mas que se encontravam, em 31 de dezembro, em fase de confirmação da quantidade, qualidade e demais condições para o reconhecimento contábil do débito.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

No período analisado, tem-se um estoque de R\$ 310 milhões em restos a pagar, com um aumento de 28,65% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo dos Restos a Pagar do Consolidado Geral.

Despesas de Custeio

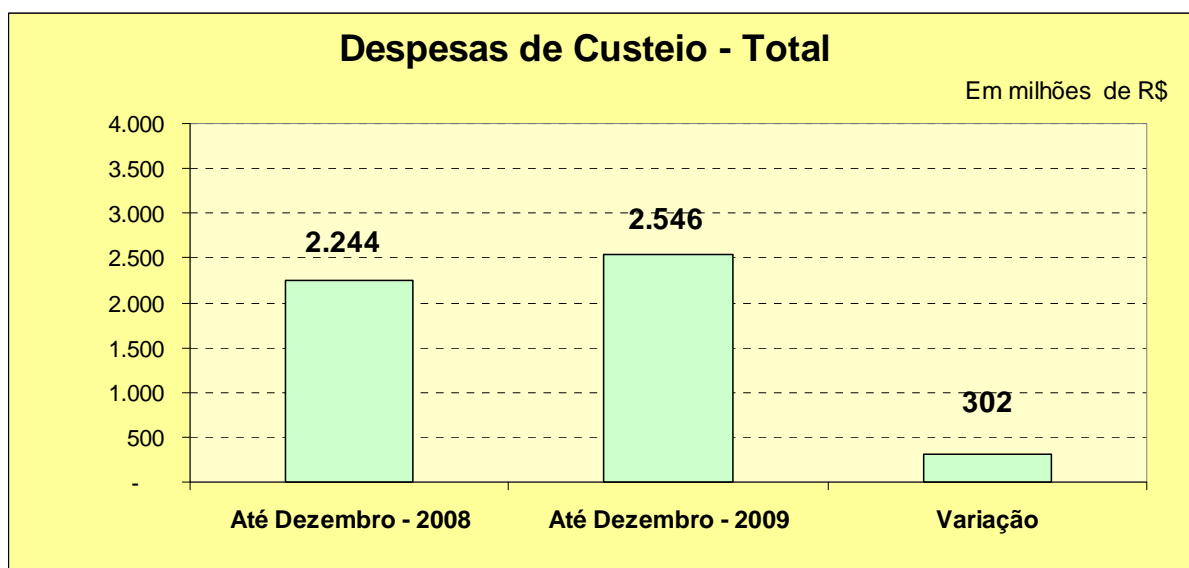
As despesas de Custeio são aquelas que visam à manutenção dos serviços públicos existentes e que se destinam a conservação de bens móveis e imóveis.

Para fins deste demonstrativo, foram consideradas como Despesas de Custeio a totalidade do Grupo de Natureza de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes nas modalidades de aplicação 90 e 91 (aplicações diretas), excluídos os elementos de Despesa 3.3.90.01 - Aposentadorias e Reformas, 3.3.90.03 - Pensões e 3.3.90.05 - Outros Benefícios Previdenciários.

As despesas de Custeio realizadas pelo Estado de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2009 perfazem R\$ 2,546 bilhões, 13,45% superior ao mesmo período do ano anterior.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Consulta Relatório Discoverer - Despesas de Custeio – Despesa Empenhada

O quadro abaixo evidencia os principais grupos de despesas de custeio realizadas pelo Estado no período de janeiro a dezembro de 2008 e 2009:

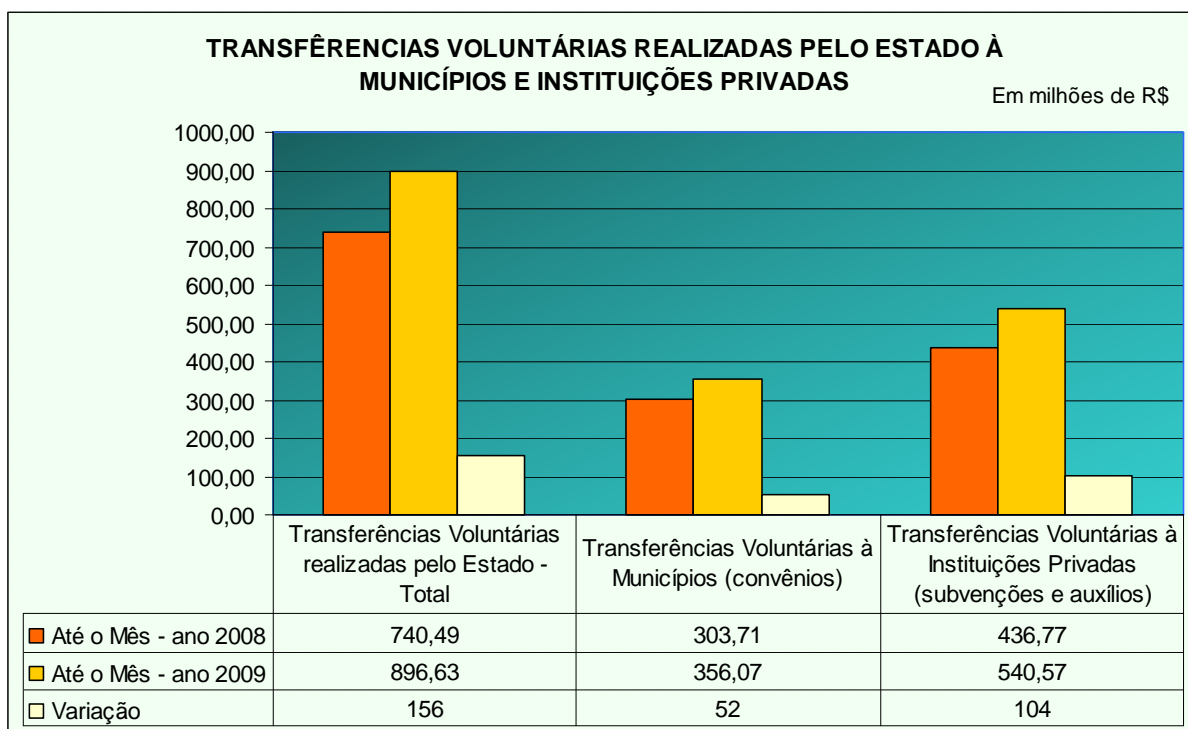
Principais Itens de Custeio	Até o Mês - 2008	Até o Mês - 2009	Varição 2008/2009	Varição 2008/2009 (%)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	945.293.873,79	1.150.548.007,24	205.254.133,45	21,71%
Material de Consumo	435.982.439,44	500.875.064,80	64.892.625,36	14,88%
Locação de Mão-de-Obra	151.962.518,89	174.948.702,25	22.986.183,36	15,13%
Diárias - Pessoal Civil	33.326.431,19	36.979.752,90	3.653.321,71	10,96%
Diárias - Pessoal Militar	14.044.603,12	12.091.899,63	(1.952.703,49)	-13,90%
Passagens e Despesas com Locomoção	11.881.362,04	12.162.204,08	280.842,04	2,36%

Transferências Voluntárias realizadas pelo Estado

Na seqüência são apresentados os valores de Transferências voluntárias realizadas pelo Estado, destinadas aos Municípios (convênios) e as Instituições Privadas (subvenções sociais e auxílios) até o presente mês:



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Consulta Discoverer – Transferências Voluntárias a Municípios e Instituições Privadas

Estoque da Dívida Ativa

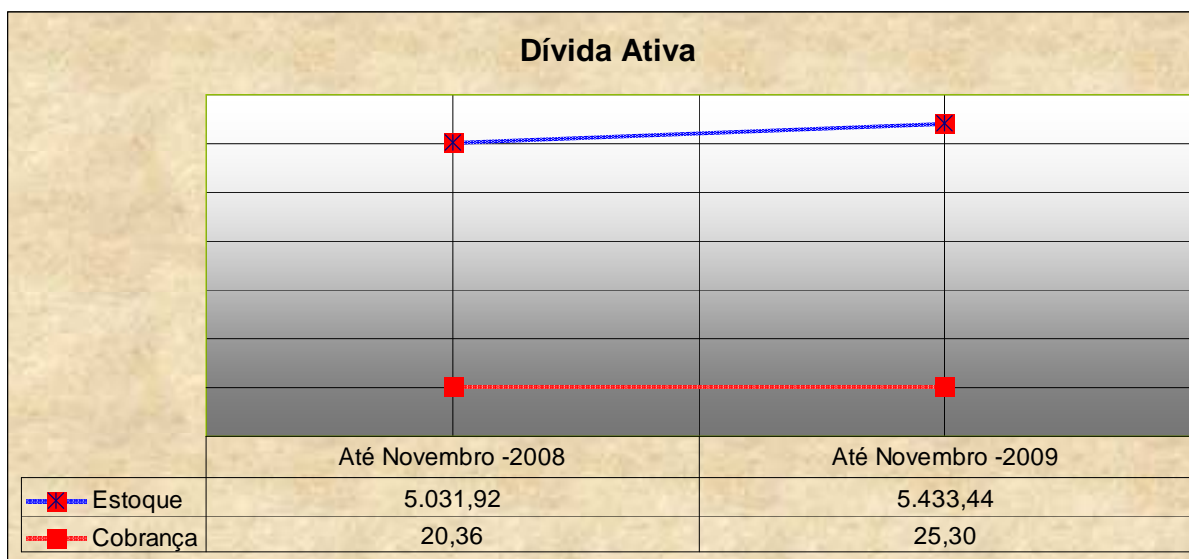
Na Dívida Ativa são contabilizados, depois de apurada a certeza e a liquidez, nos termos do art. 39, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64, os valores que a administração pública tem a receber de terceiros, decorrentes de falta de pagamento de obrigações de natureza tributária e não tributária.

O estoque da Dívida Ativa (devedores em atraso) teve um acréscimo de 7,98% até o presente mês de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, demonstrando que a administração pública tem agido com rigor na constituição dos créditos tributários e não tributários. No entanto, o mesmo não se pode dizer das ações voltadas para o recebimento desses ativos. Mesmo tendo aumentado em relação ao mesmo período do exercício anterior, o montante arrecadado representa um valor irrisório se comparado com o montante da dívida a cobrar.

Conforme evidenciam a tabela e o gráfico a seguir, os Poderes e órgãos encarregados da cobrança da dívida pública precisam estabelecer procedimentos administrativos e legais mais eficientes e eficazes para reverter o péssimo desempenho na cobrança do estoque da dívida ativa, ainda que muitos desses ativos sejam considerados “créditos podres”, ou seja, incobráveis.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009



Fonte: Balancete do Consolidado Geral

O Estoque da Dívida Ativa até o mês em análise Em milhões de R\$

Detalhamento	Até o Mês - 2008	Até o Mês - 2009	Varição 2008/2009
ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA (Devedores em atraso)	5.031,92	5.433,44	401,51
Estoque da Dívida Ativa Tributária	5.002,92	5.398,16	395,24
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	29,00	35,28	6,27
COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA - Total	20,36	25,30	4,94
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	17,83	22,82	4,98
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	2,53	2,48	-0,04
% DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	0,40%	0,47%	1,23%
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	0,36%	0,42%	1,26%
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	8,71%	7,04%	-0,66%



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Resultado Financeiro

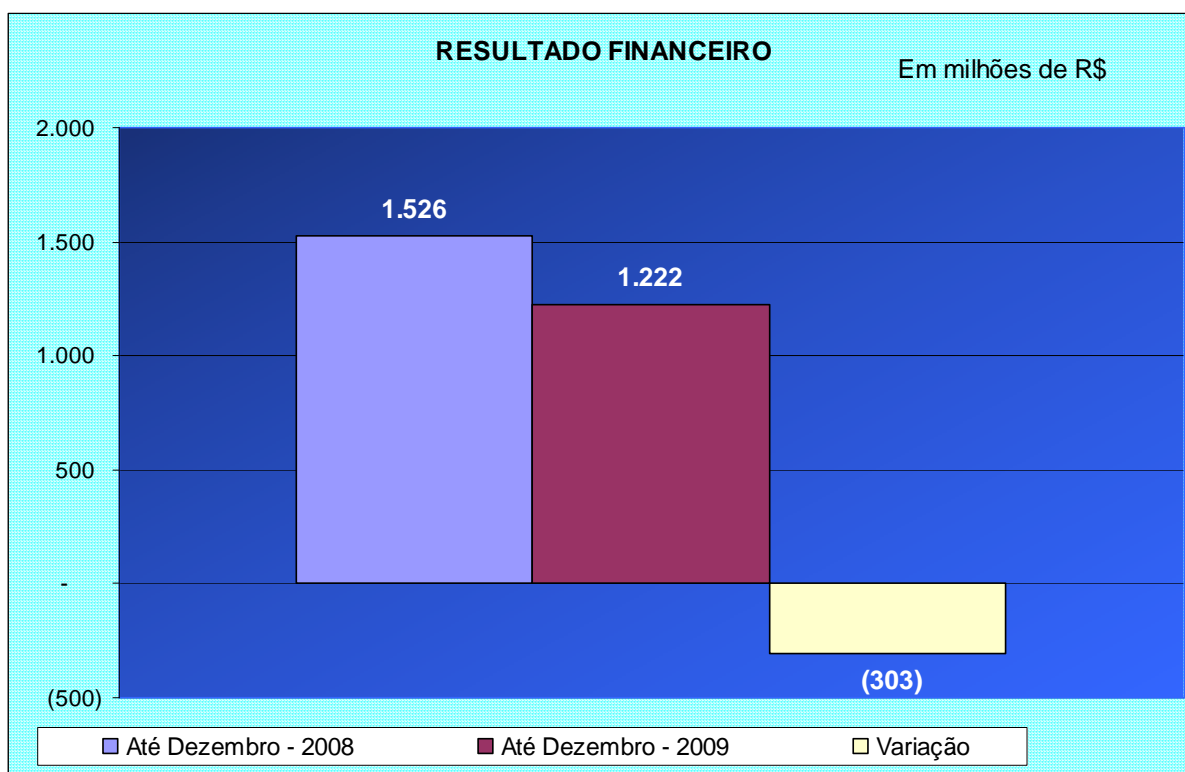
O resultado financeiro é apurado mediante o confronto do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, evidenciando o quanto de disponibilidade e valores realizáveis no curto prazo o Estado possui para quitar as suas dívidas de curto prazo.

Conforme síntese abaixo, até o mês de dezembro 2009 em análise o resultado financeiro importou em R\$ 1,222 bilhão contra R\$ 1,526 bilhão até o mesmo período de 2008, com a variação negativa de 19,88%, conforme demonstrado abaixo:

Em milhões de R\$

DESCRIÇÃO	2008	2009	VARIAÇÃO
Ativo Financeiro (AF)	3.615	4.920	1.305
Passivo Financeiro (PF)	2.089	3.698	1.608
Resultado Financeiro (AF-PF)	1.526	1.222	-303

A variação negativa do resultado financeiro até o período analisado em relação ao mesmo período do ano anterior foi da ordem de R\$ 303 milhões, conforme se visualiza no gráfico abaixo:



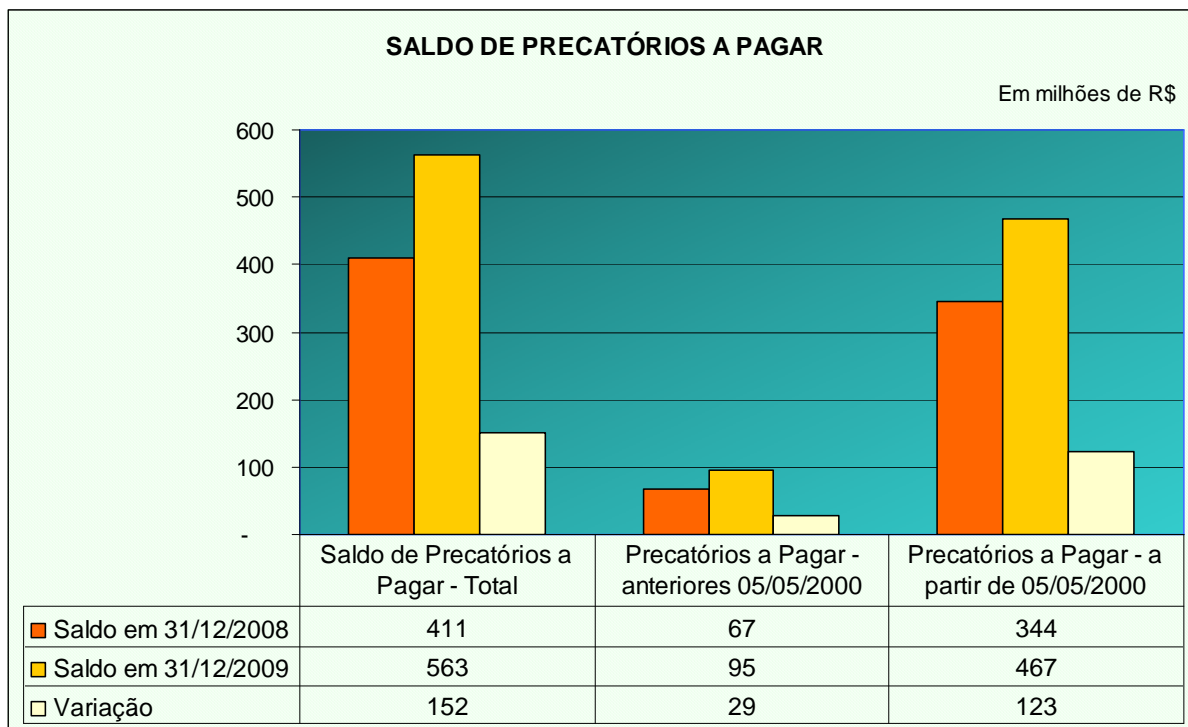
Fonte: Balancete Consolidado Geral – Contas do Sistema Financeiro



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2009

Saldo de Precatórios a Pagar

Neste gráfico são apresentados os valores dos precatórios, bem como a sua variação ocorrida de dezembro de 2008 até dezembro de 2009.



Fonte: Balancete do Consolidado Geral.

Esta análise de indicadores contábeis é realizada com base na planilha dos Indicadores Contábeis de Desempenho da Gestão Fiscal, que detalha e complementa ainda mais este trabalho, devendo a mesma ser utilizada para maior compreensão dos dados.

Os indicadores contábeis podem ser acompanhados mensalmente no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (www.sef.sc.gov.br), mais especificamente na opção Serviços\Finanças Públicas\Relatórios Contábeis.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2010.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRCSC Nº 15.874

INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - até o mês de dezembro/2009

A Diretoria de Contabilidade Geral, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender a premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente diversas informações pormenorizadas no site da Secretaria de Estado da Fazenda, sintetizadas em sua maioria nos seguintes indicadores contábeis de desempenho:

INDICADORES		Ano 2008	Ano 2009	VARIAÇÃO 2008- 2009	AVALIAÇÃO	
1	Déficit/Superávit Orçamentário do Exercício	1.300.455.198,18	867.866.034,17	(432.589.164,01)	Superávit da Execução Orçamentária verificado até o mês, correspondente a -33,26% que o período anterior,	
	Receita Orçamentária Arrecadada (dados consolidados, deduzidas as Tranf. Const. e Legais aos Municípios e demais deduções da Receita)	11.538.547.205,84	11.506.271.961,72	(32.275.244,12)	Houve uma redução de -0,28% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Empenhada (dados consolidados)	10.584.693.344,41	11.836.627.610,28	1.251.934.265,87	Houve um acréscimo de 11,83% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Empenhada com Recursos de Exercícios Anteriores (dados consolidados)	346.601.336,75	1.198.221.682,73	851.620.345,98	Houve um acréscimo de 245,71% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Liquidada (dados consolidados)	10.368.791.073,20	11.619.123.950,33	1.250.332.877,13	Houve um acréscimo de 12,06% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Paga (dados consolidados)	10.343.806.952,70	11.527.889.615,39	1.184.082.662,69	Houve um acréscimo de 11,45% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária a Pagar	24.984.120,50	91.234.334,94	66.250.214,44	Houve um acréscimo de 265,17% em relação ao mesmo período do ano anterior	
2	Receita Tributária Arrecadada - Líquida do Estado	5.795.556.453,85	6.059.633.721,72	264.077.267,87	Houve um acréscimo de 4,56% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	ICMS (valor líquido)	4.742.206.823,36	5.018.301.758,28	276.094.934,92	Houve um acréscimo de 5,82% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	ICMS Bruto	7.763.384.828,62	8.358.942.624,91	595.557.796,29	Houve um acréscimo de 7,67% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Deduções - ICMS (parte municipal, FUNDEB e restituições)	(3.021.178.005,26)	(3.340.640.866,63)	(319.462.861,37)	Houve um acréscimo de 10,57% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	IPVA	285.823.167,75	316.141.984,12	30.318.816,37	Houve um acréscimo de 10,61% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	IRRF	436.282.047,53	397.004.208,05	(39.277.839,48)	Houve uma redução de -9,00% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	ITCMD e ITBI	46.083.591,72	40.750.172,61	(5.333.419,11)	Houve uma redução de -11,57% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Taxas	285.160.823,49	287.435.577,66	2.274.754,17	Houve um acréscimo de 0,80% em relação ao mesmo período do ano anterior	
3	FUNDOSOCIAL	230.306.997,89	289.621.596,81	59.314.598,92	Houve um acréscimo de 25,75% em relação ao mesmo período do ano anterior	
4	SEITEC	194.565.355,43	180.744.969,75	(13.820.385,68)	Houve uma redução de -7,10% em relação ao mesmo período do ano anterior	
5	Ganho ou Perda com o FUNDEB	(209.147.174,58)	(258.714.747,94)	(49.567.573,36)	Houve um acréscimo de 23,70% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Transferências Recebidas do FUNDEB	1.077.447.412,37	1.255.867.089,86	178.419.677,49	Houve um acréscimo de 16,56% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(1.286.594.586,95)	(1.514.581.837,80)	(227.987.250,85)	Houve um acréscimo de 17,72% em relação ao mesmo período do ano anterior	
6	Transferências União - Constitucionais e Legais	1.115.882.889,29	1.221.511.964,58	105.629.075,29	Houve um acréscimo de 9,47% em relação ao mesmo período do ano anterior	
7	Transferências Voluntárias da União - Convênios Correntes	481.362.784,00	580.007.721,73	98.644.937,73	Houve um acréscimo de 20,49% em relação ao mesmo período do ano anterior	
8	Transferências Voluntárias da União - Convênios de Capital	6.955.335,87	2.390.119,86	(4.565.216,01)	Houve uma redução de -65,64% em relação ao mesmo período do ano anterior	
9	Metas de Arrecadação - Recursos do Tesouro	Meta	8.328.145.370,00	9.473.304.823,00	1.145.159.453,00	Houve um acréscimo de 13,75% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Arrecadação	8.674.914.562,90	8.632.884.413,32	(42.030.149,58)	Houve uma redução de -0,48% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Diferença	346.769.192,90	(840.420.409,68)	(1.187.189.602,58)	Atingiu a meta até o mês de 2008 em 4,16% e não atingiu a meta até o mês de 2009 em -8,87%
10	Metas de Arrecadação - Recursos de Outras Fontes	Meta	2.360.100.680,00	2.721.771.005,00	361.670.325,00	Houve um acréscimo de 15,32% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Arrecadação	2.863.632.642,94	2.873.387.548,40	9.754.905,46	Houve um acréscimo de 0,34% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Diferença	503.531.962,94	151.616.543,40	(351.915.419,54)	Atingiu a meta até o mês de 2008 em 21,34% . Atingiu a meta até o mês de 2009 em 5,57%
11	Excesso de Arrecadação - Fonte 100 - Recursos do Tesouro	36.313.079,08	(497.024.622,96)	(533.337.702,04)	Houve uma redução de -1468,72% em relação ao mesmo período do ano anterior	
12	Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI	7.553.737.035,12	7.968.143.368,78	414.406.333,66	Houve um acréscimo de 5,49% em relação ao mesmo período do ano anterior	

INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - até o mês de dezembro/2009

A Diretoria de Contabilidade Geral, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender a premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente diversas informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda, sintetizadas em sua maioria nos seguintes indicadores contábeis de desempenho:

INDICADORES		Ano 2008	Ano 2009	VARIAÇÃO 2008- 2009	AVALIAÇÃO
13 Aplicação em Saúde - Mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos	A aplicar	906.448.444,21	956.177.204,25	49.728.760,04	Houve um acréscimo de 5,49% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	942.316.470,57	967.244.836,60	24.928.366,03	Houve um acréscimo de 2,65% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	12,47%	12,14%	-0,34%	Aplicação abaixo do mínimo em -2,69% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	35.868.026,36	11.067.632,35	(24.800.394,01)	
14 Aplicação em Educação - Mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos	A aplicar	1.888.434.258,78	1.992.035.842,20	103.601.583,42	Houve um acréscimo de 5,49% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	2.045.297.579,77	2.095.498.346,64	50.200.766,87	Houve um acréscimo de 2,45% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	27,08%	26,30%	-0,78%	Aplicação abaixo do mínimo em -2,87% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	156.863.320,99	103.462.504,45	(53.400.816,54)	
15 Aplicação em Segurança Pública (Órgãos da SSP)	Valor aplicado	1.090.228.462,66	1.312.403.019,62	222.174.556,96	Houve um acréscimo de 20,38% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	14,43%	16,47%	2,04%	
16 Receita Corrente Líquida - (12 MESES)		10.420.912.402,08	10.405.660.160,88	(15.252.241,20)	Houve uma redução de -0,15% em relação ao mesmo período do ano anterior
17 Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Poder Executivo		3.857.690.242,60	3.860.566.866,34	2.876.623,74	Houve um acréscimo de 0,07% , com comprometimento de 37,02% até o mês de 2008 e de 37,10% até o mês de 2009
% em relação a RCL		37,02%	37,10%	0,08%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 11,90%
18 Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Consolidado		4.713.298.482,46	4.828.453.683,24	115.155.200,78	Houve um acréscimo de 2,44% , com comprometimento de 45,23% até o mês de 2008 e de 46,40% até o mês de 2009
% em relação a RCL		45,23%	46,40%	1,17%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 13,60%
19 Receita Líquida Real (12 MESES)		8.095.997.659,97	8.235.698.958,32	139.701.298,35	Houve um acréscimo de 1,73% em relação ao mesmo período do ano anterior
20 Serviço da Dívida Consolidada		1.121.411.135,09	1.263.210.574,81	141.799.439,72	Houve um acréscimo de 12,64% em relação ao mesmo período do ano anterior
Juros e Encargos da Dívida		666.669.789,12	765.316.861,26	98.647.072,14	Houve um acréscimo de 14,80% em relação ao mesmo período do ano anterior
Amortização da Dívida (principal)		454.741.345,97	497.893.713,55	43.152.367,58	Houve um acréscimo de 9,49% em relação ao mesmo período do ano anterior
21 Saldo dos Restos a Pagar		240.886.391,71	309.897.836,33	69.011.444,62	Houve um acréscimo de 28,65% em relação ao mesmo período do ano anterior
22 Investimentos Realizados (valores empenhados)		784.334.306,54	1.081.146.144,13	296.811.837,59	Houve um acréscimo de 37,84% em relação ao mesmo período do ano anterior
23 Despesas de Custeio (valor empenhado)		2.244.298.273,45	2.546.092.900,35	301.794.626,90	Houve um acréscimo de 13,45% em relação ao mesmo período do ano anterior
24 Transferências Voluntárias à Municípios (convênios)		303.710.521,30	356.066.756,21	52.356.234,91	Houve um acréscimo de 17,24% em relação ao mesmo período do ano anterior
25 Transferências Voluntárias à Instituições Privadas (subvenções sociais e auxílios)		436.774.825,47	540.566.770,59	103.791.945,12	Houve um acréscimo de 23,76% em relação ao mesmo período do ano anterior
26 Receita Líquida Disponível		7.563.135.902,95	7.887.476.692,88	324.340.789,93	Houve um acréscimo de 4,29% em relação ao mesmo período do ano anterior
27 Repasse aos Poderes		1.328.190.980,26	1.372.441.395,44	44.250.415,18	Houve um acréscimo de 3,33% em relação ao mesmo período do ano anterior
28 Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)		5.031.923.973,68	5.433.437.555,09	401.513.581,41	Houve um acréscimo de 7,98% em relação ao mesmo período do ano anterior
29 Cobrança da Dívida Ativa (recebimentos)		20.357.623,31	25.299.989,58	4.942.366,27	Houve um acréscimo de 24,28% em relação ao mesmo período do ano anterior
30 Resultado Financeiro (Ativo menos Passivo Financeiro)		1.525.776.077,28	1.222.434.752,91	(303.341.324,37)	Houve uma redução de -19,88% em relação ao mesmo período do ano anterior
31 Saldo de Precatórios a Pagar		410.891.568,54	562.521.166,61	151.629.598,07	Houve um acréscimo de 36,90% em relação ao mesmo período do ano anterior

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2010

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC/SC Nº 15.874

Elaborado por: Wilson H. Fetzner Filho - Contador da Fazenda Estadual

Revisado por: Adriano de Souza Pereira - Contador da Fazenda Estadual - Assessor do DCOG